

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2017

(Do Sr. Vitor Valim)

*Propõe que a **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle** realize ato de fiscalização e controle para apuração da regularidade na aplicação de recursos federais destinados à implantação e ao efetivo funcionamento do Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, no Estado do Ceará.*

Senhor Presidente,

Com fundamento nos artigos 70 e 71, da Constituição Federal, e no artigo 100, § 1º, combinado com os artigos 60, I e II, e 61, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, a Comissão realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle para apuração da regularidade na aplicação de recursos federais destinados a construção e aparelhamento do Hospital Regional do Sertão Central - HRSC, em Quixeramobim, no Estado do Ceará, bem como das providências adotadas para o efetivo funcionamento da unidade de saúde de forma a garantir a adequada prestação de atendimento à saúde da população da região.

JUSTIFICATIVA

Após mais de um ano de visita inaugural, realizada em dezembro de 2014 pelo então Governador do Ceará, o Hospital Regional do Sertão Central ainda não recebe pacientes. Por ocasião da referida visita, o Governo do Ceará

informava que o hospital já estava equipado e teria capacidade para atender 468 pacientes diariamente, sendo que o seu funcionamento aconteceria por etapas, começando pelo Centro de Imagem, seguida pela área ambulatorial e por fim o setor de emergência.

O perfil de assistência definido para o novo hospital é terciário, ou seja, de prestação de atendimento somente para casos de alta complexidade, para a população de Quixeramobim e mais 19 municípios da região. O HRSC, quando em funcionamento, contaria com 15 consultórios, 8 salas de exames e tratamentos e 11 salas de cirurgia. O número de leitos previsto é de 15 na emergência infantil, 30 na emergência adulto, 20 na unidade de terapia intensiva e 16 na semi-intensiva, 12 na cirurgia, 11 neonatais e 140 na enfermaria.

Divulgou-se na época que o investimento teria sido de R\$ 71,5 milhões para construção e aparelhamento da unidade, com 19,5 mil m² de área construída, obra realizada por empresa contratada pelo Governo Estadual.

Levantamento da execução financeira apurou que pelo menos R\$ 10,2 milhões foram pagos em 2014 pelo Governo Federal, na forma de transferência ao Estado do Ceará especificamente para a construção do HRSC.

No entanto, o valor dos recursos federais destinados àquele estabelecimento pode ser ainda maior, em virtude de dotações genéricas liberadas ao governo estadual para estruturação de unidades de atenção especializada no Ceará. No período de 2011 a 2015 foram transferidos ao Fundo Estadual de Saúde ou à Secretaria de Saúde do Ceará R\$ 37,1 milhões, cuja destinação específica não consta da programação ou empenho orçamentários.

Recentemente, no final de 2015, o Governo do Estado do Ceará anunciou a liberação de recursos para a abertura do HRSC, com a participação de 50% pelo Governo Federal, que teria sido acertada em reunião do Governador com o Ministro da Saúde. Nova previsão de funcionamento foi então estabelecida para o hospital: primeiro trimestre de 2016. Segundo o

Governo do Estado, a prestação de serviços pelo hospital demanda R\$ 100 milhões anuais em despesas de custeio.

A falta de atendimento especializado à saúde nessa região do Ceará é agravada pela divulgação recente de que outra unidade de saúde em Quixeramobim, o Hospital Regional Dr. Pontes Neto, administrado pela prefeitura, estaria reduzindo o número de médicos do hospital, com consequente redução dos atendimentos, especialmente de cirurgias eletivas, por falta de recursos financeiros.

A situação de descaso do poder público para com a saúde da população deve ser, portanto, apurada mediante ato fiscalização e controle, para verificar as razões do atraso no funcionamento da unidade as providências requeridas para apuração de responsabilidades, uma vez que a existência de hospital equipado, sem funcionamento, denota falta de respeito para com a saúde, a população e o bolso do contribuinte.

Sala das Comissões, de abril de 2017.

VITOR VALIM
DEPUTADO FEDERAL PMDB/CE